

Almanaque do Futuro

EXPERIENCIAS MOTIVADORAS PARA UM MUNDO MELHOR

Experiencia motivadora No. 22



De que desenvolvimento estamos falando?



Foto: A safra de castanha

A experiência do território indígena Tacana II e sua organização, em plena Amazônia boliviana é um fiel testemunho de possibilidades de defesa de sua visão de desenvolvimento contra as ameaças de extrativismo. É uma resistência com diálogo e propostas, que afirmam seus direitos enquanto negociam a coexistência com as lógicas de desenvolvimento diferente.

DE QUE DESENVOLVIMENTO ESTAMOS FALANDO?

Coleta e bem-estar na Amazônia

Estamos visitando o território indígena Tacana II, em plena Amazônia boliviana. Aqui vivem cerca de 250 famílias Tacana, estabelecidas em quatro comunidades. A TCO (Terra Comunitária de Origem) cobre uma extensão de aproximadamente 360.000 hectares. O território está localizado no extremo norte do departamento de La Paz, separado pelo rio Madre de Dios do departamento de Pando, e fazendo sua fronteira sudoeste com a República do Peru. As comunidades se formaram entre 15 a 20 anos atrás, devido à necessidade de organizar e defender o território, e obtiveram o seu reconhecimento legal perante o Estado; antes as famílias Tacana viviam de forma mais dispersa. O processo de titulação do seu território está, há vários anos, truncado por diferentes razões políticas e burocráticas, apesar de muitos esforços por parte de sua organização, a Central Indígena Tacana Regional Madre de Dios (CITRMD), que representa este território.

A safra de castanha: da árvore até Riberalta

Edgar García, co-fundador da Central e seu atual vice-presidente explica: “As famílias da minha comunidade (Las Mercedes), assim como as das outras três comunidades do território (Porto Pérez, Toromonas e El Tigre) vivem principalmente da colheita da castanha”. Trata-se de árvores selvagens que atingem uma altura de 25 a 50 metros, com uma densidade muito alta nas florestas da TCO. As

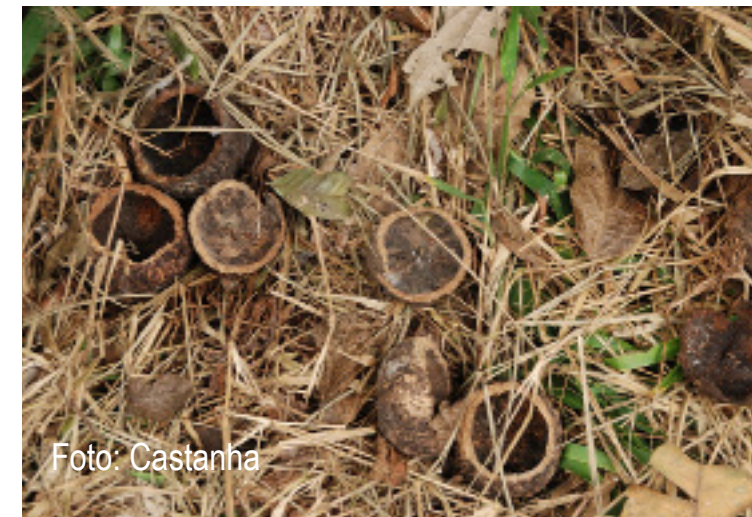


Foto: Castanha

comunidades, para a gestão do território, atribuíram áreas de aproveitamento de castanha para cada família. “Há famílias que têm 2000 castanheiros, enquanto as que têm o mínimo chegam a 300”, explica Edgar.

Todos os anos, de dezembro até o final de abril,

famílias inteiras se mobilizam para a safra da castanha em seus centros de coleta, localizados nas margens dos rios e estuários, sendo estas as únicas vias de comunicação e transporte. É um trabalho árduo já que os meses da safra coincidem com a estação chuvosa. Por causa da altura das árvores, apenas são

colhidas os frutos caídos na forma de coco. É perigoso estar abaixo das árvores frondosas de castanha devido à queda dos frutos, que são duros e pesados. Depois disso, se abrem os frutos e as sementes de castanha são extraídas, ainda envoltas em uma concha dura. Dependendo da floração das árvores, as famílias coletam em média 2 a 3 caixas de castanha por árvore.

A coleta é demorada, porque as árvores estão muito espalhadas. O transporte das castanhas colhidas até o paiol (centro de armazenamento) é realizada sempre que possível com motocicleta, mas muitas vezes também nas costas dos homens. Especialmente nas áreas de uso onde não há acesso direto a uma via navegável, o transporte de castanha torna-se um verdadeiro martírio, e os homens têm que caminhar pela selva por várias horas com até noventa quilos de peso sob os ombros. Para poder passar por águas rasas e palmas (zonas de inundação) é necessário esperar que as chuvas se acalmem e a água baixe. As castanhas são secadas e ao fim da colheita são despachadas pelo rio para Riberalta. Nesta cidade amazônica da Bolívia, a várias centenas



Foto: Centro de coleta da Castanha



de quilômetros de distância, se encontram as empresas beneficiadoras (processadoras) de castanhas. Para alcançar um preço estável na venda de seu produto, a organização indígena iniciou um processo de certificação da castanha. Boa parte da produção de castanha serve à demanda dos mercados da Europa.

Bem-estar que não é pago pela natureza

Em troca de muitos esforços, trabalho duro e investimentos significativos para a colheita (alimentos, barco, combustível, motor, motocicleta, arranjo do centro de coleta, entre outros), as famílias obtêm uma renda comparativamente maior do que a população rural média no país. Para fins de subsistência, as famílias também estão se dedicam à caça, pesca e agricultura em pequenas parcelas para seu próprio consumo, sempre tendo o cuidado de não superexplorar os recursos existentes. Existem regulamentos internos para proibir o uso de redes de pesca, etc. Todos os habitantes do território vivem da castanha, mas sua colheita não causa danos; pelo contrário, as famílias reconhecem o valor de suas árvores, declaradas pela lei do patrimônio nacional e fazem tudo para protegê-las de qualquer dano. Algumas poucas pessoas das comunidades participam tam-

bém da exploração do ouro aluvial, através de dragas flutuantes nos rios.

Todos os habitantes do território vivem da castanha, mas sua colheita não causa danos; pelo contrário, as famílias reconhecem o valor de suas árvores, declaradas pela lei do patrimônio nacional e fazem tudo para protegê-las de qualquer dano.

A ameaça do desenvolvimento: a coleta não cabe na lógica agrário convencional

Na década de oitenta foram realizadas explorações de petróleo e gás no território. Don Justino Peñalosa, 92, o membro de maior idade da comunidade de Las Mercedes lembra: “Os animais, afetados pelas atividades de exploração, retornaram apenas após 5 ou 10 anos”. No entanto, há muito mais danos a longo prazo. Durante uma caminhada no caminho que liga Las Mercedes com Puerto Pérez podemos

verificar a degradação da vegetação da floresta e se identificam facilmente as lacunas que se abriram há mais de trinta anos. A comunidade conta que devido às detonações sísmicas para exploração ao longo dos caminhos, o solo ficou cheio de zonas húmidas que com o tempo causaram a morte da floresta alta e dos castanheiros, que são muito suscetíveis à umidade.

“Desde que nos instalamos aqui em Las Mercedes, em várias ocasiões tivemos que combater a extração ilegal de madeira pelas em-

presas”, diz Edgar, “e nós acabamos com a colheita de castanha por pessoas de fora do território”. Rolando Salvatierra, membro do conselho de diretores da comunidade Puerto Pérez acrescenta: “Em três ocasiões fomos obrigados a evitar que famílias do interior tomassem posse de terras dentro do território”. Para as quatro comunidades, é um grande desafio que proteger seu território ante aos interesses externos. Os castanheiros no território agora têm pequenas plaquetas indicando a qual família corresponde o aproveitamento; ao mesmo tempo que servem para contabilizar

os castanheiros na TCO. “A atividade de coleta não cabe à lógica agrária”, explica Alcides Vadillo, que trabalha na instituição que assessora a organização territorial na defesa de seus direitos. “Para agricultores convencionais, agroindústrias e autoridades agrárias, os territórios de coleta são terras que não são trabalhadas”. Apesar de até o momento não existir sequer uma estrada para o território (isso aparece no futuro planos do Estado), a pressão desenvolvimentista sobre o território é evidente.



Foto: Árvores de castanha con identificación



“A atividade de coleta não cabe à lógica agrária”, explica Alcides Vadillo, que trabalha na instituição que assessora a organização territorial na defesa de seus direitos. “Para agricultores convencionais, agroindústrias e autoridades agrárias, os territórios de coleta são terras que não são trabalhadas”. Apesar de até o momento não existir sequer uma estrada para o território (isso aparece no futuro planos do Estado), a pressão desenvolvimentista sobre o território é evidente.



O projeto me dói

Em 2013 começa para as famílias Tacana uma nova ameaça, já que o Estado boliviano e particularmente o Ministério dos Hidrocarbonetos e Energia, com delegação de tarefas à empresa estatal YPFB, decide continuar a exploração de gás no território. Don Justin Peñalosa expressa sua preocupação com os planos de extrativismo: “O projeto me dói; já passei por uma exploração do solo e sei que nossos recursos, a flora, a fauna e particularmente a castanha estão em perigo”. As famílias têm dúvidas sobre a medida em que os testes sísmicos vão afetar e impactar os recursos do território e, particularmente, sua base de existência que são os castanheiros. Os efeitos nas árvores durante os primeiros anos de exploração estão muito presentes no imaginário dos locais.

“O projeto me dói; já passei por uma exploração do solo e sei que nossos recursos, a flora, a fauna e particularmente a castanha estão em perigo”.

Choque de lógicas de desenvolvimento: não somos contra, mas nós exigimos que respeitem nossos direitos

Para los pobladores de Chive, el pequeño Para os habitantes de Chive, o pequeno centro populacional em frente à TCO, atravessando o Rio Madre de Dios, onde as famílias Tacana se abastecem com o que é necessário, a prospecção e a extração de gás na TCO significa desenvolvimento. A empresa, contratada pela YPFB para executar as tarefas de exploração, tem seu acampamento lá. A defesa dos recursos naturais por parte dos Tacana para eles é prejudicial. A economia do lugar ainda se baseia na castanha, mas aparentemente não há muita consciência disso. O dono da maior loja da cidade é claro: “Os indígenas impedem o progresso”.

Os habitantes do território pensam de forma diferente. “Não somos contra a exploração de gás”, explica o vice-presidente da organização Tacana, “mas exigimos que respeitem nossos direitos já que nossa base de existência está em jogo”. 51.000 árvores de castanha são encontradas no território, 1.200 delas estão loca-

lizadas diretamente nas áreas indicadas para testes sísmicos e 52% da área abrangida pelo projeto de exploração sísmica está dentro da TCO.

A realização de um estudo de linha base para projeto de exploração sísmica, realizado por uma entidade contratada pela YPFB, coincidiu com o tempo de colheita, motivo que fez a maioria das famílias não participarem. Os planos de vida, elaborados pelas comunidades com apoio especializado contam com um inventário do território em termos de possíveis áreas e locais de aproveitamento (castanha, pesca, caça, plantas medicinais, áreas com potencial turístico, zoneamento de palmares, salitres, lagoas, floresta alta, etc.). Esses trabalhos valiosos, feitos com participação dos locais também não foram levados em conta para os estudos no marco do projeto de exploração de gás.

A base da existência está em jogo

A organização, fortalecida pela ameaça de sua base de existência, alcançou importantes acordos em defesa de seus interesses: testes



Os planos de vida, elaborados pelas comunidades com apoio especializado contam com um inventário do território em termos de possíveis áreas e locais de aproveitamento (castanha, pesca, caça, plantas medicinais, áreas com potencial turístico, zoneamento de palmares, salitres, lagoas, floresta alta, etc.). Esses trabalhos valiosos, feitos com participação dos locais também não foram levados em conta para os estudos no marco do projeto de exploração de gás.



Os habitantes do território pensam de forma diferente. “Não somos contra a exploração de gás”, explica o vice-presidente da organização Tacana, “mas exigimos que respeitem nossos direitos já que nossa base de existência está em jogo”. 51.000 árvores de castanha são encontradas no território, 1.200 delas estão localizadas diretamente nas áreas indicadas para testes sísmicos e 52% da área abrangida pelo projeto de exploração sísmica está dentro da TCO

Foto: Árvores de castanha

sísmicos não poderão ser realizadas por nenhum motivo a uma distância inferior a 35 metros dos castanheiros. Durante a época da safra de castanha (meses de janeiro até o final de abril) não se pode realizar nenhuma atividade do projeto de exploração sísmica na TCO. A permanência da empresa exploradora no território será acompanhada e monitorada por monitores ambientais (mulheres e homens), todos membros das comunidades da TCO. Mas ainda há outros pontos a serem cumpridos pelo ministério e / ou YPFB. A organização de Tacana exige um estudo de linha base para verificar possíveis efeitos a seus recursos. As detonações não só geram distúrbios na fauna, principal fonte proteica da população, mas possivelmente geram a contaminação da água, afetando a pesca, e compactação do solo, com consequências ainda desconhecidas para a flora e particularmente para os castanheiros. As operações de helicóptero, no âmbito das atividades de exploração, devem ser realizadas a uma altura suficiente para não afetar o processo de floração das árvores. Existem muitas outras incógnitas que geram incerteza nas famílias. A base da existência está em jogo para as famílias do território.

O desafio atual das famílias para as próximas reuniões e diálogos é a incorporação dos pontos acordados no Plano de Prevenção e Mitigação, Plano de Ação e Monitoramento Ambiental do Projeto de Exploração e na Licença Ambiental, um requisito legal vinculativo, além de um instrumento que permita o cumprimento dos acordos de consulta e participação para proteção da vida e da economia do povo Tacana. Antecedentes em outros territórios indí-



Doña Marta Bascopé, atual presidenta de Las Mercedes diz o que reflete o sentimento do povo: “Chegamos a um acordo, agora o desafio é exigir conformidade. O sentimento do território e suas quatro comunidades é defender nosso direito”. O que para alguns são terras ociosas, para outros é a sua vida, sua base de existência, com e a partir da biodiversidade.

genas onde se realizou apenas uma reunião com funcionários do Estado para acordar intervenções extrativistas (gás) ou de infraestrutura (construção rodoviária) preocupam. Nestas negociações, a população nativa muitas vezes se concentrava mais no reembolso de suas despesas de transporte sem ter claros os grandes riscos que significam estes mega-projetos. Em muitos casos, as comunidades afetadas não têm informações e as ofertas monetárias relacionadas aos projetos de exploração são, em muitos casos, muito tentadoras ante a ausência de outras perspectivas econômicas.

Resistência dialógica – o sentimento do território

“Tudo começou com a visita de uma delegação ao território, onde funcionários públicos nos falaram sobre a possibilidade de nossas comunidades se beneficiarem de um programa estatal de água potável”, lembra Edgar García. Mais tarde, os visitantes já não tocaram neste tema. Até hoje as comunidades percebem pouca sinceridade no discurso daqueles que vêm anunciando progresso e modernidade.

As comunidades estão cansadas de tantas reuniões com os emissários. A linguagem dos funcionários não é fácil de entender para muitas pessoas. Parece ser uma estratégia YPFB para jogar com a fadiga da comunidade. Para o ministério e a empresa estatal são comunidades indígenas com recursos escassos que não entendem a bondade do extrativismo. Doña Marta Bascopé, atual presidenta de Las Mercedes diz o que reflete o sentimento do povo: “Chegamos a um acordo, agora o desafio é exigir conformidade. O sentimento do território e suas quatro comunidades é defender nosso direito”. O que para alguns são terras ociosas, para outros é a sua vida, sua base de existência, com e a partir da biodiversidade.

Rolando Salvatierra deixa claro: “A recompensa que o Estado ofereceu ao território de cerca de meio milhão de dólares parece ridícula. Esta soma não chega nem a compensar a renda de uma única colheita”

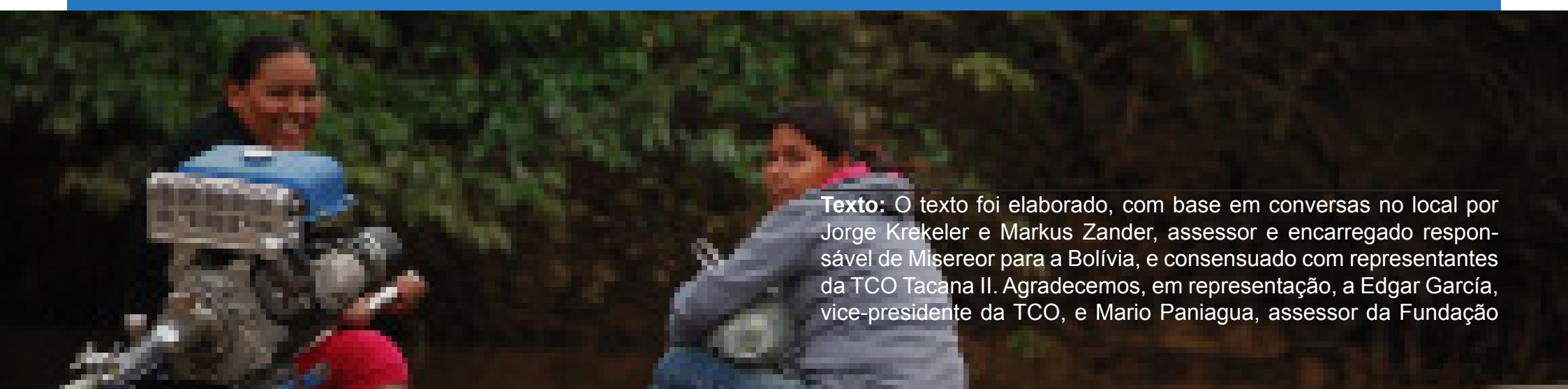


Não iremos participar da destruição de nossa floresta

Doña Marta indica que as mulheres têm muito presente as possíveis consequências da exploração de hidrocarbonetos. “Os homens são mais tentados pelo pagamento da compensação”. Mas Rolando Salvatierra deixa claro: “A recompensa que o Estado ofereceu ao território de cerca de meio milhão de dólares parece ridícula. Esta soma não chega nem a compensar a renda de uma única colheita”. Há muitas tentativas de suavizar a posição crítica da organização territorial, de dividir as bases. Técnicos e advogados que trabalharam durante anos ao lado das organizações indígenas foram contratados pela YPFB. Parece que a voz de um membro da comunidade expressa o que a maioria pensa: “Não vamos participar da destruição de nossa floresta”.

Mensagens para o futuro

- O principal interesse não é discutir o montante e o pagamento da compensação, mas a análise e identificação de possíveis danos e a busca de sua redução ao mínimo possível: extrativismo e a aparente modernidade versus coleta e identidade territorial.
- É uma experiência emblemática onde a organização indígena se mantém em sua lógica de desenvolvimento, colocando condições, exigindo o cumprimento de acordos e fazendo valer seus direitos sem perder de vista o seu objetivo de chegar a acordos.
- A oferta feita às mulheres indígenas de “poder lavar os macacões dos operários” não consegue despertar o interesse das mulheres, mas mostra a cegueira dos entusiastas do extrativismo ante outra lógica de desenvolvimento.



Texto: O texto foi elaborado, com base em conversas no local por Jorge Krekeler e Markus Zander, assessor e encarregado responsável de Misereor para a Bolívia, e consensuado com representantes da TCO Tacana II. Agradecemos, em representação, a Edgar García, vice-presidente da TCO, e Mario Paniagua, assessor da Fundação

Almanaque do Futuro

EXPERIENCIAS MOTIVADORAS PARA UM MUNDO MELHOR

Autores: **Markus Zander** e **Jorge Krekeler**,
jorge.krekeler@scbbs.net assessor de Misereor

Tradução: **Pedro P. Bocca**

Design: **Diana Patricia Montealegre**

Fotografias: **Markus Zander**

Dados de contato sobre a experiência documentada:

Mario Paniagua email: m.paniagua@ftierra.org

Alcides Vadillo email: a.vadillo@ftierra.org

Edição: março de 2017

Toda reprodução autorizada citando a fonte

Informações: **jorge.krekeler@scbbs.net**

Com o apoio de:

MISEREOR
● IHR HILFSWERK